



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 9 |
| Capítulo I – A cláusula <i>rebus sic stantibus</i>: incidência e efeitos frente ao fortuito, imprevisão, lesão, estado de perigo, prejuízo financeiro e exigências técnicas..... | 15 |
| 1.1. A cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e seus efeitos nas relações civis..... | 15 |
| 1.2. Casos fortuitos e de força maior: aspectos comuns da regulação civilista..... | 20 |
| 1.3. Caso fortuito – conceito, caracterização, classificação e efeitos | 21 |
| 1.4. Força maior: conceito, caracterização, classificação e efeitos..... | 23 |
| 1.5. Fato do príncipe: conceito, caracterização, classificação e efeitos | 25 |
| Capítulo II – Pacta sunt servanda, princípio da inalterabilidade prejudicial ao empregado e a incidência do caso fortuito ou de força maior, da teoria da imprevisão e da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> nas relações de trabalho | 29 |

| | |
|--|-----------|
| Capítulo III – Regulação trabalhista de enfrentamento da pandemia da COVID-19..... | 35 |
| 3.1. PANDEMIAS, Covid-19, as Medidas Provisórias 927, 936 (convertida na Lei nº 14.020/2020) e 944/2020, Lei 14.010/2020 e seus impactos nas relações de trabalho..... | 35 |
| 3.2. Natureza jurídica do estado de calamidade pública e de emergência da saúde pública em razão de pandemias, frente ao direito do trabalho. Força maior e fato do príncipe | 39 |
| Capítulo IV – Medida Provisória nº 927/2020..... | 47 |
| 4.1. As alternativas previstas na mpv nº 927/2020..... | 47 |
| 4.2. Teletrabalho | 50 |
| 4.3. Férias individuais..... | 55 |
| 4.4. Férias coletivas | 56 |
| 4.5. Antecipação dos feriados..... | 57 |
| 4.6. Banco de horas e recuperação posterior do tempo perdido com paralisação | 59 |
| 4.7. Prorrogação com compensação | 60 |
| 4.8. Suspensão da exigibilidade de recolhimento do FGTS..... | 62 |
| 4.9. Suspensão da obrigatoriedade de realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, exceto dos exames demissionais | 62 |
| 4.10. Direcionamento para qualificação..... | 64 |
| Capítulo V – Lei nº 14.020/2020, de conversão da MP 936/2020 | 67 |
| 5.1. As alternativas previstas na mpv nº 936/2020, convertida na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 | 67 |
| 5.2. Direcionamento para qualificação..... | 69 |
| 5.3. Ajuste da redução de jornada com redução de salário e suspensão do contrato | 70 |

| | |
|--|------------|
| 5.4. Acordo individual, autonomia privada individual e coletiva e sua interpretação na dinâmica da Lei 14.020/2020 | 71 |
| 5.5. BEM - benefício emergencial de preservação do emprego e da renda | 77 |
| 5.6. Redução de jornada com redução salarial | 80 |
| 5.6.1. Prazo da redução de jornada com redução salarial | 82 |
| 5.7. Suspensão temporária do contrato de trabalho e efeitos no tempo de serviço | 82 |
| 5.8. <i>Jus variandi</i> entre redução e suspensão e entre a MP 927 e 936, convertida na Lei nº 14.020/2020 | 86 |
| 5.9. Redução com suspensão | 87 |
| 5.10. Garantia provisória de emprego, despedida sem justa causa e efeitos..... | 87 |
| 5.11. Trabalhador intermitente..... | 90 |
| 5.12. Aposentados e benefício emergencial..... | 90 |
| 5.13. Novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 14.020/2020 | 92 |
| 5.14. Direito intertemporal | 95 |
| 5.14.1 Nova faixa salarial para acordos individuais e efeitos em relação aos anteriores à Lei nº 14.020/2020..... | 95 |
| 5.14.2 A caducidade da MP nº 927/2020 e efeitos jurídicos..... | 97 |
| Capítulo VI – Cumprimento dos acordos judiciais anteriores à Covid-19..... | 101 |
| Capítulo VII – Lei nº 14.010/2020: Prescrição, decadência e suspensão de prazos processuais..... | 103 |
| Considerações finais..... | 113 |
| Bibliografia..... | 117 |